

## DO ACESSO AO ÊXITO ACADÊMICO: a Importância da Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior

[HTTP://DX.DOI.ORG/10.21527/2237-6453.2022.58.12102](http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12102)

Recebido em: 2/3/2021

Aceito em: 23/11/2021

Darlan Christiano Kroth,<sup>1</sup> Enise Barth<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição dos auxílios financeiros oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para estudantes socioeconomicamente vulneráveis de uma universidade federal jovem e do interior da Região Sul do Brasil. É apresentado modelo teórico de permanência de estudantes no Ensino Superior – com base em Breier (2010) e Bowles e Brindle (2017) – que aborda o papel do auxílio financeiro para a permanência de estudantes. A pesquisa, em termos de procedimentos técnicos, foi predominantemente documental. As informações coletadas compreendem três conjuntos de informações acadêmicas da instituição: i) do perfil dos estudantes matriculados; ii) da evolução dos recursos e dos estudantes beneficiários do Pnaes e iii) de indicadores de desempenho acadêmico de estudantes beneficiários e não beneficiários do Pnaes. Os resultados demonstraram que estudantes beneficiários do Pnaes obtiveram melhor desempenho acadêmico, comparativamente, que os estudantes não beneficiários de auxílios, indicando evidências do efeito positivo desta política para esse perfil de universidade federal.

**Palavras-chave:** assistência estudantil; Ensino Superior; evasão; políticas públicas; auxílio financeiro.

### FROM ACCESS TO ACADEMIC SUCCESS: THE IMPORTANCE OF FINANCIAL AID POLICY IN HIGHER EDUCATION

### ABSTRACT

This study aims to analyze the contribution of financial aid from the National Student Assistance Program (PNAES) for low-income students from a new federal university and the interior of the southern region of Brazil. Theoretical model for the permanence of students in higher education is presented, proposed by Breier (2010) and Bowles e Brindle (2017), which foresees the role of financial aid for the permanence of students. The empirical exercise used secondary data analysis of three sets of academic information from the institution: i) the profile of enrolled students; ii) the evolution of resources and students benefiting from PNAES; and, iii) indicators of academic performance of beneficiary and non-beneficiary students of PNAES. The results indicated that students benefiting from PNAES had better academic performance compared to students not benefiting from grants, indicating evidence of the positive effect of this policy for this federal university profile.

**Keywords:** student assistance; Higher Education; dropout; public policy; financial aid.

<sup>1</sup> Autor correspondente: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Chapecó. Rodovia SC 484 - Km 2 – Fronteira Sul – CEP 89815899 – Chapecó/SC, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8082115668903683>. <https://orcid.org/0000-0003-2664-857X>. [darlanck@yahoo.com.br](mailto:darlanck@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Chapecó. Chapecó/SC, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8595254594395571>. <https://orcid.org/0000-0002-2542-3283>.

## INTRODUÇÃO

O Ensino Superior público brasileiro vislumbrou ao longo dos anos 2003 a 2014 um conjunto de ações e políticas que alteraram de forma profunda a oferta de vagas nas universidades federais do país. As mudanças ocorreram tanto na quantidade de vagas, viabilizadas pela abertura de 18 novas universidades e 260 *campi* universitários, sobretudo no interior do país, no âmbito do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni),<sup>3</sup> quanto por mudanças no processo seletivo das universidades – por meio do Enem/Sisu – que possibilitou a mobilidade de estudantes entre as regiões brasileiras; e, finalmente com a reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública, hipossuficientes e para estudantes pretos, pardos e indígenas, por intermédio da lei de cotas, n. 12.711/2012 (MARQUES; CEPÊDA, 2012; RISTOFF, 2016).

Tais ações impactaram diretamente no perfil dos estudantes que passaram a acessar as universidades federais a partir de então. Conforme dados da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior [Andifes], 2019), 70,2% dos estudantes matriculados são oriundos de famílias com renda mensal *per capita* de até 1,5 salário mínimo, e pela primeira vez na história, estudantes da cor ou raça preta, parda e indígena superaram a metade de estudantes nas universidades federais, atingindo 52,1%.<sup>4</sup> Em relação aos estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública, o percentual atingiu 64,7%.

Segundo a Andifes (2019) os dados, além de confirmarem a manutenção da tendência observada na pesquisa anterior, realizada em 2014, quando esses percentuais atingiram 66,2%, 48,2% e 64%, respectivamente, demonstram a efetividade das políticas públicas de democratização da educação superior brasileira, pois se aproximam da realidade socioeconômica e demográfica da população brasileira (RISTOFF, 2016).

A entrada desse novo perfil de estudantes nas universidades federais impôs novos desafios para a política pública, entre eles a proposição de ações que viabilizassem a permanência desses alunos na universidade e estimulassem a conclusão de seu curso. Naquela conjuntura, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) em 2010, pelo decreto n. 7.234/2010 (BRASIL, 2010), que providenciou fundos orçamentários para viabilizar ações de suporte financeiro aos estudantes e/ou para custear a manutenção de instrumentos de assistência estudantil, como moradias e restaurantes universitários. Com base em dados do Ministério da Economia (BRASIL, 2019), os recursos do Pnaes apresentaram crescimento significativo de 239% entre os anos de 2010 e 2016, passando de R\$ 304 milhões para R\$ 1,03 bilhão, mas desde então o orçamento passou a ser enxugado, observando-se queda acumulada de 7,1% em 2019.

Embora crescentes, havia o entendimento de que os recursos do Pnaes ainda não eram suficientes para atender ao novo contingente de estudantes, com demandas específicas para custear sua manutenção na universidade, posto que a maioria das universidades aportavam recursos próprios de seus orçamentos para complementar o Pnaes (ANDIFES, 2018). Por outro lado, verificou-se avanços de aprimoramento do programa, como avaliação criteriosa sobre os

<sup>3</sup> Decreto Presidência da República n. 6.096, de 24 de abril de 2007.

<sup>4</sup> Os dados referentes à cor ou raça de estudantes foram corroborados em recente pesquisa do IBGE (2019).

beneficiários do programa e análises de demanda (BRASIL, 2017). Além disso, alguns estudos de caso, como os de Souza (2016) e Scher (2017), e aplicados, como o de Saccaro, França e Jacinto (2016) vinham demonstrando os efeitos positivos do Pnaes. Em que pese a existência de alguns estudos na área, reconhece-se que há necessidade de ampliar as pesquisas sobre avaliação e efeitos do Pnaes, sob diferentes olhares e dimensões do desempenho acadêmico, com vistas a aprimorar esse Programa (ANDIFES, 2019).

Ampliar estudos sobre políticas de assistência estudantil no Ensino Superior faz-se importante na medida em que contribuem para elucidar diferentes questões que envolvem as políticas públicas educacionais, como: i) analisar ferramentas que favoreçam o alcance de êxito no Ensino Superior, tendo em vista os objetivos nacionais (BRASIL, 2015); ii) contribuir na compreensão da trajetória/percurso acadêmico de estudantes até então fora dos bancos escolares públicos federais (COMIN; BARBOSA, 2011; MENDES JUNIOR, 2014); iii) ampliar o entendimento da evasão no Ensino Superior e propor instrumentos para mitigar o problema (VITELLI; FRITSCH, 2016; MARQUES, 2020) e iv) necessidade de se avaliar efeitos de uma política pública, buscando seu aprimoramento (SECCHI, 2013).

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo analisar em que medida o Pnaes favoreceu a permanência e desempenho de estudantes vulneráveis socioeconomicamente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que é uma instituição federal de Ensino Superior jovem (criada em 2009) e instalada no interior da Região Sul do país. Assim, a estratégia de pesquisa adotada é o estudo de caso único, cujo procedimento técnico empregado para a coleta de dados é a pesquisa documental, em informações disponibilizadas pela Andifes (2019) e Inep (2019). A UFFS, além de se enquadrar no novo panorama de democratização de acesso ao Ensino Superior do país, destacado anteriormente, possui um quantitativo de cotas em seu processo seletivo, que vem garantindo a matrícula de mais de 90% de estudantes oriundos da escola pública.

Considera-se que a análise da contribuição do Pnaes em uma universidade federal com essas características seja uma das inovações do trabalho. Uma segunda inovação decorre da análise e adaptação do modelo de permanência de estudantes no Ensino Superior, proposto por Breier (2010), que destaca o papel do auxílio financeiro para a permanência de estudantes. Nestes termos, a pesquisa busca demonstrar como o auxílio financeiro é fundamental, embora não exclusivo, para o êxito acadêmico de estudantes oriundos de famílias socioeconomicamente vulneráveis.

Para o desenvolvimento dos objetivos o artigo está dividido em mais quatro seções, além desta introdução. A próxima seção faz uma revisão de literatura destacando o papel do auxílio financeiro para a permanência de estudantes no Ensino Superior. A seção seguinte descreve os procedimentos metodológicos. A quarta seção inicia caracterizando a UFFS para então discorrer sobre os resultados e na quinta e última seção são apresentadas as considerações finais.

## A CONTRIBUIÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A PERMANÊNCIA (E ÊXITO) NO ENSINO SUPERIOR

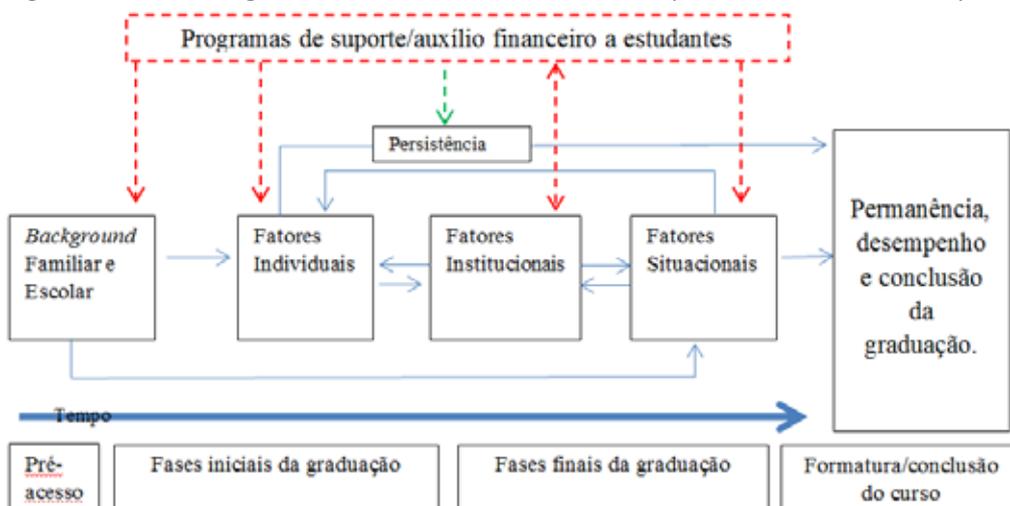
A literatura de políticas em educação vem dedicando maior espaço para o tema da evasão, em virtude, principalmente, da ampliação das vagas no Ensino Superior para estudantes de baixa renda (RISTOFF, 2016; OECD, 2019). Neste artigo não é discutida a evasão especificamente, que

pode ser definida como o abandono do estudante da universidade antes de completar o curso para o qual se matriculou (BRASIL, 1996), mas sim pelo seu antônimo, que é a permanência na universidade até a conclusão de seu curso. Desse modo, esta seção realiza uma análise dos determinantes da permanência, partindo da análise da evasão.

Os estudos recentes sobre evasão têm consensuado que ela é um fenômeno multifatorial, e esses fatores geralmente agem de forma conjunta e não isolada, o que amplia o desafio de combatê-la (HOSSLER *et al.*, 2009; BOWLES; BRINDLE, 2017). Neste diapasão, pode-se considerar que a evasão é resultado da interação de um conjunto de quatro fatores: familiar, individual, institucional e situacional. Esses fatores foram reunidos em um modelo teórico, denominado de modelo longitudinal dos fatores determinantes da permanência no Ensino Superior, conforme apresentado pela Figura 1.

O fator familiar (ou *background* familiar) está relacionado com as características da família e a experiência pregressa do estudante antes de acessar a universidade. Nele incluem-se a renda familiar, a escolaridade dos pais e a qualidade da educação recebida nos Ensinos Fundamental e Médio. O segundo fator refere-se às características individuais do estudante, em termos de habilidades socioemocionais (motivação, disciplina, autocontrole e autoconfiança), sociabilidade e percepção do curso quanto à realização pessoal/profissional. O terceiro fator consiste nos aspectos inerentes à instituição de ensino, que vão desde a existência de uma infraestrutura adequada, passando pela organização dos currículos, qualidade do corpo docente, aspectos didáticos das aulas, relação professor-aluno, sistema de avaliação, existência de programas de suporte discente, compromissos da universidade com o estudante e um ambiente acolhedor para o aluno. Por fim, o quarto fator remete aos aspectos externos à universidade, relacionados a questões envolvendo a família, a necessidade de trabalhar e/ou oportunidades no mercado de trabalho, a saúde, a violência e a distância da universidade.<sup>5</sup>

Figura 1 – Modelo longitudinal dos fatores determinantes da permanência no ensino superior



Fonte: Elaboração própria a partir de Breier (2010) e Bowles e Brindle (2017).

<sup>5</sup> Considera-se importante registrar aqui que, alinhado à perspectiva do estudante-trabalhador, há uma literatura crescente sobre os efeitos da diplomação no Ensino Superior sobre o mercado de trabalho e desigualdade, conforme Comin e Barbosa (2011) e Weiss e Roks (2016). O foco do presente estudo é diferente, ou seja, analisa o esforço do estudante-trabalhador para permanecer na universidade e se diplomar.

Como demonstrado pelo modelo, esses fatores se inter-relacionam ao longo da vida universitária (setas bidirecionais entre os fatores). Por exemplo, um estudante com baixo *background* familiar e escolar é mais propenso a ter dificuldade com as disciplinas, ter maior necessidade de trabalhar e maior probabilidade de possuir habilidades socioemocionais precárias, resultando, por sua vez, em maiores dificuldades para lidar com situações adversas do meio universitário e, portanto, maior chance de evadir. Outro exemplo refere-se àquelas instituições que possuem currículos inadequados e com restrições para a progressão dos estudantes nos cursos, ou ainda, possuem sistemas de ensino-aprendizagem que contribuem para retenção em disciplinas e relações conflituosas entre professor-aluno, interferindo de forma negativa nos fatores individuais, e por consequência, contribuindo para uma maior desistência dos estudantes.

Considerando essa conexão entre os diferentes fatores que determinam a evasão e o novo perfil socioeconômico dos estudantes que estão acessando a educação superior, a literatura vem dando maior ênfase para a contribuição de instrumentos de suporte financeiro para alunos de baixa renda ou socioeconomicamente vulneráveis (CHEN; DESJARDINS, 2008; BREIER, 2010; BOWLES; BRINDLE, 2017). Estudantes de baixa renda apresentam maiores dificuldades em permanecer na universidade, em virtude dos custos de manutenção envolvidos no Ensino Superior, como deslocamento até o *campus* universitário, moradia na cidade sede da universidade (que na maioria das vezes é diferente do local de residência dos pais), material escolar e outros insumos educacionais (Internet, computador).

Estudantes de baixa renda, como Breier (2010) destaca, possuem um maior custo de oportunidade em permanecer no Ensino Superior, tendo em vista que a necessidade de trabalhar não serve apenas para custear as despesas do estudante, mas na maioria dos casos a renda do trabalho também é utilizada para ajudar a família. A autora destaca ainda que, à medida que o estudante entra no mercado de trabalho, o tempo dedicado aos estudos fica mais restrito, o que pode ampliar suas dificuldades em acompanhar as aulas, aumentando, portanto, seu custo de oportunidade.

Nesta perspectiva, programas de auxílio financeiro para estudantes de baixa renda permitem reduzir esse custo de oportunidade e garantir menor evasão desses alunos. Alguns trabalhos evidenciaram essa relação, como o de Chen e Desjardins (2008), que analisaram uma base longitudinal de seis anos (1995-2001), composta por 6.700 estudantes de universidades americanas, utilizando método estatístico de análise de sobrevivência. Entre os principais resultados tem-se que a probabilidade de evasão para estudantes de baixa renda que não receberam algum tipo de auxílio é de 56%, contra 15,3% dos estudantes de renda média. Quando estudantes de baixa renda recebem auxílio financeiro, a probabilidade de evasão cai para 20,8% contra 25% dos de média renda.

Breier (2010), partindo de um amplo banco de dados de estudantes universitários da África do Sul, focando em uma universidade que privilegia a entrada de estudantes negros e de baixa renda, avaliou que o auxílio financeiro tem um papel significativo para sua permanência, uma vez que tais indivíduos subestimam os custos de se manter na universidade e há muitos aspectos que levam à entrada no mercado de trabalho, como a necessidade de ajudar a família e o suporte em despesas de saúde. Para todos esses casos o auxílio financeiro suplementa tais despesas, contribuindo para focalização dos estudos.

---

No Brasil há vários estudos qualitativos, como os de Adachi (2009), Souza (2016) e Scher (2017), demonstrando o efeito positivo dos auxílios financeiros sobre a permanência. Já o de Saccaro *et al.* (2016) utilizou o método quantitativo de diferenças em diferenças para analisar estudantes cotistas de universidades federais, contemplados com auxílios do PNAES. Os resultados revelaram que o PNAES impacta positivamente na permanência dos estudantes, sendo que estudantes contemplados evadem em média 6% menos que estudantes que não foram contemplados. O estudo de Saccaro, França e Jacinto (2019) corrobora, na medida em que apresenta resultados semelhantes, destacando-se que estudantes das áreas de Ciências e Exatas de instituições públicas e privadas, beneficiados com algum tipo de auxílio financeiro, evadiram menos que estudantes sem o auxílio.

A importância do suporte financeiro para a permanência de estudantes de baixa renda na educação superior está retratada no modelo teórico exposto na Figura 1. Verifica-se que os programas de suporte financeiro assumem um papel destacado no modelo, interferindo nos quatro fatores demonstrados anteriormente. Em primeiro lugar, o auxílio financeiro ao subsidiar o pagamento das despesas de manutenção no Ensino Superior contribui para superar as dificuldades relacionadas aos fatores familiar e situacional, na medida em que reduz a necessidade de obtenção de renda no mercado de trabalho. Reforça-se aqui que as oportunidades no mundo de trabalho competem diretamente com o tempo dos estudos e das aulas.

Em segundo lugar, considera-se que alunos oriundos de famílias de baixa renda também estarão mais vulneráveis aos fatores individuais, mais especificamente relacionados à saúde mental, pois a preocupação em se manter na universidade gera um estresse expressivo, impactando tanto nos resultados acadêmicos quanto na decisão de permanecer na universidade. Dessa maneira, o auxílio financeiro supre a necessidade da obrigação do trabalho, liberando tempo e serenidade para o aprendizado.

Com relação à influência sobre fatores institucionais, em que há uma seta bidirecional com o suporte financeiro, pode-se considerar que os auxílios financeiros estimulam as universidades a ampliar seu compromisso de acompanhamento dos estudantes beneficiados, desenvolvendo projetos de apoio pedagógico e acadêmico para esse público. Logo, os estudantes ficam mais capacitados para superar as adversidades acadêmicas por um lado, como a universidade contribui para reforçar o efeito dos auxílios financeiros, por outro lado. Fica implícito, portanto, que o efeito dos auxílios financeiros sobre a permanência é mais robusto quando complementado com outras ações institucionais (reforço acadêmico, por exemplo), do que quando é realizado de forma isolada (YORKE; THOMAS, 2003; SOUZA, 2016; BACK, 2017).

Por fim, pode-se apontar que os auxílios financeiros também geram um efeito indireto sobre a permanência, no sentido de desenvolverem um senso maior de responsabilidade social nos estudantes, que os incentiva a se dedicarem e se envolverem mais com os estudos (MENDES JUNIOR, 2014). No modelo teórico apresentado esse fator está demonstrado pelo termo “persistência”.

Em suma, na literatura fica evidenciado que programas de suporte financeiro configuram-se como um instrumento muito relevante para a permanência de estudantes no Ensino Superior, contribuindo para mitigar os quatro fatores que interferem na permanência. Deve-se salientar, no entanto, que o efeito desses programas pode ser potencializado com ações complementares, a exemplo estratégias de reforço escolar e acompanhamento pedagógico (THAYER, 2000; SCHER, 2017).

Deve-se considerar ainda que os estudos sobre os determinantes da permanência no Ensino Superior e de políticas de assistência estudantil se articulam e são complementares à literatura de desenvolvimento socioeconômico, em que a educação é um fator preponderante. Neste escopo, indivíduos com formação superior contribuem para ampliar o estoque de conhecimento de uma sociedade, promovendo significativos ganhos sociais, como: ampliação da renda e mobilidade social; contribuição para a criação e aprendizado de novas ideias/tecnologias (inovação); melhoria de indicadores sociais (saúde, criminalidade) e melhoria das instituições (maior participação política e social) (HANUSHEK; WOESSMANN, 2010; BARBOSA FILHO; PESSOA, 2013). Dado o grande potencial de benefícios públicos gerados pela educação (com destaque aqui para a educação superior), compreende-se que os recursos destinados a financiar a assistência estudantil configuram-se como um investimento estratégico para o desenvolvimento do país (JACKSON; JOHNSON; PERSICO, 2016).

## METODOLOGIA

A presente pesquisa lançou mão de um estudo de caso em uma universidade federal, com pouco mais de 10 anos de existência, localizada no interior da Região Sul do Brasil, representativa do processo de expansão do Ensino Superior público brasileiro, impulsionado pelo Reuni, a partir de 2007. Conforme Yin (2002), o estudo de caso é uma estratégia empírica utilizada para compreender profundamente um fenômeno da vida real no seu contexto, permitindo ao pesquisador analisar vários elementos envolvidos no contexto social sob análise, no qual essas interações estão ocorrendo.

Pesquisas bibliográfica e documental foram utilizadas para coletar os dados, e sequencialmente foi elaborada análise dos dados, com o intuito de verificar em que medida o auxílio financeiro do Pnaes contribuiu para a permanência e êxito de estudantes de Graduação vulneráveis socioeconomicamente ou de baixa renda, que neste caso refere-se aos estudantes com renda mensal familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo.

A análise dos dados foi realizada a partir de três exercícios de natureza descritiva. No primeiro, é realizada um estudo do perfil dos estudantes matriculados na universidade, com o objetivo de verificar qual o tipo de sujeito acessa a instituição e se há elementos que induzem à ajuda financeira. O perfil dos estudantes é analisado a partir dos seguintes fatores: origem escolar, cor e raça, renda familiar mensal *per capita*, condição de trabalho e escolaridade da mãe. Para esse exercício foram utilizados dados institucionais que servem de base para o Censo da Educação Superior (INEP, 2019) e os dados da V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES realizada em 2018 pela Andifes (2019).

No segundo exercício foi analisada a evolução dos recursos do Pnaes e do quantitativo de alunos beneficiados, no objetivo de demonstrar a abrangência do Programa na universidade. Também foram consideradas as bases de dados institucionais e da Andifes (2019). A utilização desse último conjunto de dados é relevante por dois motivos. O primeiro decorre de sua abrangência na esfera das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e do quantitativo de questões socioeconômicas abordadas. O segundo motivo refere-se à possibilidade de comparar a instituição com seus pares na Região Sul e do país e analisar diferentes fatores socioeconômicos que influenciam na vida acadêmica do estudante.

Como último exercício realiza-se uma avaliação de alguns indicadores de desempenho acadêmico dos estudantes da universidade, elaborados a partir de dados institucionais disponibilizados pelo registro acadêmico da instituição e pelo Inep (2019). Os indicadores estão apresentados em dois grupos: dos estudantes que receberam algum auxílio do Pnaes ao longo do ano e daqueles que não receberam auxílio, buscando constatar se há diferenças entre os dois grupos, e, por essa ótica, verificar se há alguma relação entre a importância de receber auxílio financeiro do Pnaes e o êxito acadêmico do estudante beneficiado.

Nestes termos, foram considerados três conjuntos de indicadores: i) taxa de evasão do curso; ii) desempenho acadêmico e iii) total de alunos concluintes (formados/diplomados). A escolha destes indicadores é justificada pela disponibilidade de dados institucionais e por serem representativos da permanência e do êxito acadêmico, de acordo com a literatura apresentada.

A análise da evasão de curso considerou os dados do Inep (2019) e foi organizada pela Pró-Reitoria de Graduação, relativos ao ingresso e evasão de estudantes de Graduação da instituição ao longo de todo o ciclo acadêmico de 2013-2017, ou seja, cinco anos, que é o período que perpassa o tempo mínimo médio de integralização dos créditos nos cursos da universidade (4,5 a 5 anos). A partir dessa base cruzou-se com dados da assistência estudantil, referente aos estudantes beneficiários de auxílios do Pnaes.

O indicador de desempenho acadêmico utilizado remete à taxa de sucesso acadêmico, que é o resultado do quociente entre número de créditos aprovados e do número de créditos matriculados no semestre letivo. Para esse indicador teve-se a disponibilização de dados dos semestres relativos aos anos de 2018 e 2019. Em relação ao total de concluintes, foi analisada a base de informações acadêmicas da instituição e feito o cruzamento com a base de estudantes beneficiados com auxílios do Pnaes, conforme Inep (2019), considerando todo o período de existência da universidade, isto é, de 2010 a 2018.

Sendo assim, a partir da relação entre os três exercícios realizados, reuniu-se elementos para analisar se o Pnaes contribuiu para a permanência e êxito de estudantes com perfil de vulnerabilidade acadêmica em uma universidade federal jovem do interior do país.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A UFFS é uma das 18 novas universidades criadas no contexto do Reuni. Sua criação deu-se na data de 15 de setembro de 2009 (Lei n. 12.029/2009) e suas aulas iniciaram em 29 de março de 2010. A UFFS pode ser considerada a primeira universidade interestadual do país, pois sua estrutura *multicampi* abrange dois municípios no Estado do Paraná (Realeza e Laranjeiras do Sul), três no Rio Grande Sul (Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo) e Chapecó, em Santa Catarina, onde está localizada a sede da Reitoria.<sup>6</sup> A distância entre os *campi* mais afastados é de 549 quilômetros.

<sup>6</sup> O *campus* de Passo Fundo foi criado em 2012, quando foi contemplado com um dos primeiros cursos de Medicina em âmbito do Programa Mais Médicos. Neste *campus* só é oferecido o curso de Medicina.

A região de abrangência é a Mesorregião da Fronteira do Mercosul, que perpassa o noroeste gaúcho, sudoeste do Paraná e oeste catarinense, contemplando cerca de 396 municípios, dos quais 90% possuem população de até 20 mil habitantes e 47% têm a agropecuária como principal atividade econômica. Essa região é berço de vários movimentos sociais ligados ao campo e foi a partir da demanda e manifestações destes movimentos que a universidade foi criada (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011). De acordo com Romão e Loss (2014), é em razão desse traço social que a universidade incorporou em seu projeto institucional elementos que a caracterizam como uma universidade popular.

Em 2019 a universidade contava com cerca de 7.570 estudantes que se distribuíam por 47 cursos de Graduação e 17 de Mestrado. O perfil dos estudantes de Graduação, que será abordado na próxima seção, demonstra a necessidade de programas de auxílio financeiro. No caso da UFFS, o Pnaes, também criado em 2010, é a principal fonte de recursos para dar suporte financeiro aos estudantes. Além dos auxílios financeiros, a universidade conta em cada um dos *campi*, exceto no de Passo Fundo, com restaurantes universitários e com Setores de Assuntos Estudantis (SAEs), que prestam serviços de apoio social, psicológico e pedagógico aos estudantes.

### Perfil dos Estudantes Ingressantes na UFFS

Inicia-se a análise do perfil dos estudantes da UFFS a partir de sua origem escolar ou da natureza administrativa da escola em que cursaram o Ensino Médio. De acordo com a Tabela 1, a UFFS desde sua criação, possui um percentual acima de 90% de estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escola pública. A média entre os anos de 2010 (início das aulas) e 2018 é de 92,3%. Tal resultado é decorrente da decisão da universidade em priorizar esse público nos processos seletivos e com isso, manteve uma reserva de vagas para este tipo de aluno, muito superior ao preconizado pela lei de cotas (BRASIL, 2012), o que lhe vem garantindo a chancela de referência na área (RISTOFF, 2016; ANDIFES, 2019).

**Tabela 1** – Percentual de ingressantes nos cursos de Graduação da UFFS, por *campus*, que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, no período de 2010 a 2018

Ano de ingresso	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Chapecó	93,2	92,9	92,0	89,4	87,7	90,9	90,9	89,8	90,6	90,8
Laranjeiras do Sul	97,3	97,7	98,7	97,3	94,6	97,4	96,4	96,1	96,5	96,9
Realeza	99,0	99,7	98,2	96,1	94,6	94,1	93,4	92,0	94,9	96,0
Cerro Largo	96,4	96,6	95,1	92,3	93,3	94,7	92,4	94,8	93,1	94,3
Erechim	88,2	91,8	89,9	86,0	89,0	87,6	89,1	92,5	87,4	89,0
Passo Fundo <sup>a</sup>				90,5	84,8	78,7	93,9	80,3	88,7	86,2
Total (UFFS)	94,0	94,7	93,7	90,9	90,4	91,6	91,8	91,8	91,8	92,3

<sup>a</sup> O *Campus* Passo Fundo iniciou suas atividades em 2013.

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação – UFFS, a partir de dados do Inep (2019).

A condição de referência no ingresso para estudantes de escola pública pode ser comprovada com dados expostos na Tabela 2, que compara a UFFS com as demais IFES da região Sul e com o país. Pode-se verificar que a média percentual de estudantes oriundos de escola pública é 30% maior que a do país e 28,3% quando considerada apenas a região Sul.

Tabela 2 – Graduandos IFES, segundo tipo de escola em que cursou o Ensino Médio – 2018

Tipo de Escola	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Somente em escola pública	725.016	60,4	130.860	62,3	8.575	90,6
Maior parte em escola pública	52.100	4,3%	10.372	4,9%	349	3,7
Somente em escola particular	311.660	26,0%	50.700	24,2%	284	3,0
Maior parte em escola particular	49.104	4,1%	8.174	3,9%	146	1,5
Somente em escola particular com bolsa	47.726	4,0%	7.421	3,5%	71	0,8
Maior parte em escola particular com bolsa	14.617	1,2%	2.345	1,1%	41	0,4
Não respondeu	79	0,0%	14	0,0%	0	0,0
Total	1.200.300	100,0	209.887	100,0	9.466	100,0

Fonte: Andifes (2019), elaboração própria.

Um fato novo relacionado ao ingresso de estudantes da universidade deu-se com a entrada no Sisu em 2013. A partir desse momento a UFFS passou a receber um contingente maior de estudantes oriundos de outras regiões do país. Até 2012, o percentual de estudantes de outras regiões era em média de 5,7% do total de matrículas, passando para uma média de 14%, após 2013. Estudantes de baixa renda, segundo Back (2017), advindos de outras regiões do país, enfrentam além dos maiores custos de deslocamento (muitas vezes as distâncias superam mil Km) e de manutenção na cidade do *campus* universitário, situações de fragilidade emocional (distância dos pais, preconceito). Soma-se a isso o fato de que cidades do interior que abrigam um *campus* universitário geralmente não possuem uma rede ampliada/variada de serviços públicos (transporte público, serviços de saúde).

Tabela 3 – Graduandos IFEs segundo escolaridade da mãe ou da pessoa que o(a) criou como mãe – 2018

Grau de instrução	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Não teve mãe ou pessoa que exerceu tal papel na criação	6.205	0,5	887	0,4	54	0,6
Sem Instrução	190.171	15,8	30.586	14,6	2.746	29,
Ensino Fundamental 1 Completo	107.439	9,0	18.078	8,6	1.547	16,3
Ensino Fundamental 2 Completo	109.993	9,2	19.621	9,3	1.084	11,5
Ensino Médio Completo	416.368	34,7	68.277	32,5	2.422	25,6
Ensino Superior Completo	246.546	20,5	45.065	21,5	1.079	11,4
Especialização, Mestrado ou Doutorado	123.489	10,3	27.364	13,0	534	5,6
Não respondeu	90	0,0	8	0,0		0,0
Total	1.200.300	100,0	209.887	100,0	9.466	100,0

Fonte: Andifes (2019), elaboração própria.

Outro aspecto relacionado com a origem do estudante refere-se à escolaridade da mãe. Os dados da Tabela 3 mostram que 56,8% dos estudantes da UFFS advêm de lares em que as mães possuem até o “ensino fundamental 2 completo”, percentual bem acima da média das Ifes da Região Sul, 32,5% e do país, 34%. Quando analisada a faixa de escolaridade das mães com Ensino Superior completo e Pós-Graduação, os estudantes da UFFS atingem 17%, contra 34,5% e 30,8%, respectivamente. Essa característica indica, por um lado, que os estudantes da Fronteira Sul partem de ambientes com mais restrições para o desenvolvimento de suas habilidades na

universidade. Por outro lado, revela que uma grande parcela dos estudantes da UFFS (83%) representa a primeira geração da família com acesso ao Ensino Superior.

Quanto ao perfil do estudante pela ótica da raça e cor, verifica-se na Tabela 4 que a UFFS é mais branca que seus pares do país, uma vez que 71,5% de seus estudantes se autodeclararam brancos. Esse percentual está alinhado com o perfil racial da Região Sul do Brasil, que é de 74% em 2018, segundo o IBGE (2019). Em que pese essa característica branca, a UFFS possui um percentual de 23,3% de estudantes pretos e pardos, um pouco acima do percentual da Região Sul. Esse número da Fronteira Sul pode ter sido influenciado pelo Programa Pró-Haiti, o qual contempla reserva de vagas e um processo seletivo especial para estudantes oriundos do Haiti (SCHER, 2017). O Pró-Haiti teve início em 2014 e no ano de 2018 contava com 112 estudantes matriculados.

Tabela 4 – Graduandos(as) das IFES segundo cor e raça – 2018

Cor/raça	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Branca	520.008	43,3	155.247	74,	6.767	71,5
Parda	470.227	39,2	32.546	15,5	1.768	18,7
Preta	143.599	12,0	12.764	6,1	435	4,
Indígena	10.736	0,9	891	0,4	172	1,8
Amarela	25.643	2,1	3.525	1,7	133	1,4
Sem declaração	30.087	2,5	4.913	2,3	190	2,0
Total	1.200.300	100%	209.887	100	9.466	100

Fonte: Andifes (2019), elaboração própria.

Um número que chama a atenção na Tabela 4 refere-se ao percentual de estudantes indígenas. Enquanto os percentuais do Brasil e da Região Sul são 0,9% e 0,4%, respectivamente, a UFFS alcança 1,8%. Para esse público, a UFFS tem um programa específico de acesso e permanência, que funciona desde 2013 (Back, 2017).

No tocante à renda mensal familiar *per capita*, observa-se na Tabela 5 que o perfil de renda dos estudantes da UFFS é, majoritariamente, o público do Pnaes, isto é, enquadra-se na renda mensal familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo. Essa classe de renda atinge 77,9% na UFFS, enquanto na Região Sul o percentual é de 60,3% e do Brasil é de 69,4%.

Tabela 5 – Graduandos Ifes, segundo renda mensal familiar per capita – 2018

Segmento de renda <sup>a</sup>	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Sem renda	8.484	0,7	1.434	0,	72	0,8
Até 0,5 s.m.	310.858	25,9	27.182	13,	2.017	21,3
Mais de 0,5 até 1,0 s.m.	323.265	26,	56.190	26,	3.490	36,
Mais de 1,0 até 1,5 s.m.	199.417	16,6	42.940	20,5	1.862	19,7
Mais de 1,5 s.m.	322.376	26,9	75.856	36,1	1.740	18,4
Não respondeu	35.900	3,0	6.285	3,0	284	3,0
Total	1.200.300	100,0	209.887	100,0	9.466	100,0

<sup>a</sup>s.m. = salário mínimo. Considerado o salário mínimo de 2018, R\$ 954,00.

Fonte: Andifes (2019), elaboração própria.

Em virtude do perfil de renda do estudante, a universidade compete naturalmente com o mercado de trabalho. A Tabela 6 mostra que 37,4% dos estudantes da UFFS trabalham. Esse dado mais uma vez supera os percentuais da Região Sul e do país. Dos estudantes que trabalham, 72% possuem uma carga horária acima de 20 horas semanais, exigindo maior dedicação para estudos em seu tempo de folga.

Tabela 6 – Graduandos lfes, segundo trabalho e condição de trabalho – 2018

Condição de trabalho e jornada	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Sim, tenho um trabalho.	358.351	29,9	72.616	34,6	3.545	37,4
Até 20 h semanais	115.048	32,1	24.464	33,7	998	28,0
Mais de 20 a 40 h	156.134	43,6	31.080	42,8	1.286	36,0
Mais de 40 h	87.154	24,3	17.072	23,5	1.261	36,0
Não trabalho e NÃO ESTOU À procura de trabalho	354.581	29,5	68.548	32,7	2.592	27,4
Não trabalho e ESTOU À procura de trabalho	487.348	40,6	68.723	32,7	3.329	35,2
Não respondeu	20	0,0	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.200.300</b>	<b>100,0</b>	<b>209.887</b>	<b>100,0</b>	<b>9.466</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Andifes (2019), elaboração própria.

Constata-se, portanto, que o estudante da UFFS é predominantemente branco, frequentou os três anos de Ensino Médio na escola pública, trabalhador, com vulnerabilidade socioeconômica, com baixo *background* familiar e de primeira geração da família a frequentar o Ensino Superior. Essas características demonstram, por um lado, o comprometimento da instituição com as metas do Plano Nacional da Educação, em termos de ampliação do acesso e democratização das condições de Ensino Superior no país. Por outro lado, explicita a necessidade de a universidade pensar em instrumentos e estratégias para incentivar a permanência desses estudantes, considerando que é um público que contempla uma gama variada de restrições, que afetam diretamente seu desenvolvimento acadêmico.

## Evolução dos recursos do Pnaes e de estudantes beneficiados na UFFS

O Pnaes tem o objetivo de fortalecer as condições de permanência dos jovens no Ensino Superior por meio da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais, e dá preferência para estudantes oriundos da rede pública de Educação Básica ou com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, adequando-se, portanto, ao perfil de alunos da UFFS, conforme demonstrado na seção anterior. Além da permanência, o programa tem como objetivos, contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão e promover a inclusão social por meio da educação superior (BRASIL, 2010).

Tabela 7 – Evolução do orçamento do Pnaes nacional e da UFFS – 2011 a 2019

Ano	PNAES	Var. %	UFFS <sup>a</sup>	Var. %	Part. %
2010	304.000.000	-	-	-	-
2011	395.189.588	30,0	2.162.159	-	0,55
2012	503.843.628	27,5	2.000.000	-7,5	0,40
2013	603.787.226	19,8	4.754.000	137,7	0,79

2014	742.720.249	23,0	4.825.000	1,5	0,65
2015	895.026.718	20,5	8.000.000	65,8	0,89
2016	1.030.037.000	15,1	9.243.362	15,5	0,90
2017	987.484.620	-4,1	9.688.562	4,8	0,98
2018	957.178.952	-3,1	9.722.501	0,4	1,02
2019	1.070.444.459	11,8	10.597.526	9,0	0,99

<sup>a</sup> Os dados de 2010 não estão disponíveis por conta de que nesse ano o orçamento da UFFS esteve vinculado à UFSC, universidade tutora.

Fonte: BRASIL (2019), elaboração própria.

Como apontado na Tabela 7, os recursos do Pnaes na UFFS apresentaram-se crescentes a partir de 2012, e essa evolução ocorre na medida em que a universidade vai integralizando a matriz curricular dos cursos e observando a entrada de novos estudantes. Há dois saltos no orçamento, em 2013 e em 2015, período no qual os recursos avançaram 138% e 66%, respectivamente. O primeiro em virtude da integralização de alguns cursos e o segundo devido a uma correção de valores, considerando o perfil de estudantes da universidade e por conta da inauguração dos primeiros restaurantes universitários. Em 2017 os recursos praticamente estagnam e retomam em 2019, após decisão de aumento linear de 9% para todas as Ifes.

Tabela 8 – Evolução do número de matrículas na Graduação, beneficiários de auxílios financeiros do Pnaes e participação de beneficiários no total de matriculados da UFFS – 2010 a 2019

Ano	Matrículas	Beneficiários PNAES	Part. %
2010	1.695	812	47,9
2011	3.159	977	30,9
2012	4.443	1.059	23,8
2013	5.485	1.555	28,4
2014	6.431	2.122	33,0
2015	7.144	2.643	37,0
2016	7.458	3.224	43,2
2017	7.512	3.618	48,2
2018	7.506	3.508	46,7
2019	7.570	2.538	33,5

Fonte: Inep (2019). Elaboração própria.

O volume de estudantes beneficiários também é crescente no período, com exceção para o ano de 2018, quando há revisão dos critérios de elegibilidade. Essa revisão de critérios já havia ocorrido em 2012. Considerando a relação entre estudantes atendidos pelo Pnaes e matrículas, verifica-se um número bastante elevado, ficando na média de 37% no período, chegando a 48,2% em 2017. Essa constatação pode ser observada na Tabela 9, que faz o comparativo da UFFS com as Ifes da Região Sul e com as do país, evidenciando o maior percentual obtido pela Fronteira Sul.

Tabela 9 – Graduandos Ifes segundo sua participação em Programa de Assistência Estudantil – 2018

Participação em programa de AE	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Sim	360.237	30,0	71.678	34,2	4.611	48,7
Não	840.063	70,0	138.208	65,8	4.855	51,3
Total	1.200.300	100,0	209.887	100,0	9.466	100,0

Fonte: Andifes (2019), elaboração própria.

Embora a UFFS possua um maior contingente de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, essa capilaridade de atendimento da UFFS pode ser mais bem explicada pelo modelo de concessão de benefícios da UFFS, que visa a atender todo estudante que se enquadra nos critérios de vulnerabilidade, que demanda o auxílio e que atende aos critérios de desempenho dos editais, como frequência e número mínimo de créditos matriculados. Esse modelo é diferente daquele realizado pela maioria das Ifes, que considera número fixo de auxílios e consequentemente gerando fila de espera.

Tabela 10 – Graduandos Ifes, segundo dificuldades que interferem significativamente na sua vida ou no contexto acadêmico: Dificuldades financeiras – 2018

Dificuldade	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Não	903.405	75,3	161.350	76,9	6.727	71,1
Sim	296.896	24,7	48.537	23,1	2.738	28,9
Total	1.200.300	100,0	209.887	100,0	9.466	100,0

Fonte: Andifes (2019), elaboração própria.

Os auxílios financeiros do Pnaes na UFFS e sua relação com a permanência do estudante começam a se evidenciar quando analisamos as suas respostas acerca de sua vida acadêmica. A Tabela 10 demonstra que para 28,9% dos estudantes da UFFS, as dificuldades financeiras interferem significativamente na sua trajetória na universidade. Mais uma vez esse resultado foi maior na UFFS quando comparado com estudantes de outras Ifes da Região Sul e do país. O impacto da condição financeira provavelmente está relacionado com a necessidade de trabalhar – resultando em menos tempo para estudo – e no efeito sobre a saúde mental do estudante (BACK, 2017; SCHER, 2017).

O efeito das dificuldades financeiras é reforçado quando verificado que, das respostas dos estudantes que já pensaram em abandonar seu curso, 20% indicaram que as dificuldades financeiras é um dos fatores determinantes para sua saída e 18,1% indicaram as dificuldades em conciliar trabalho e estudo, conforme pode ser visualizado na Tabela 11.

Tabela 11 – Graduandos Ifes, segundo a questão “Pensou em abandonar o seu curso?”: dificuldades financeiras e conciliação de trabalho e estudo – 2018

Resposta	Dificuldades financeiras					
	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Não se aplica	566.486	47,2	98.289	46,8	4.388	46,4
Não	426.274	35,5	78.234	37,3	3.178	33,6
Sim	207.540	17,3	33.364	15,9	1.900	20,0
Total	1.200.300	100,0	209.887	100,0	9.466	100,0

Resposta	Conciliação de trabalho e estudo					
	Brasil	%	Sul	%	UFFS	%
Não se aplica	566.486	47,2	98.289	46,8	4.388	46,4
Não	484.344	40,4	84.002	40,0	3.361	35,5
Sim	149.470	12,5	27.595	13,1	1.717	18,1
Total	1.200.300	100,0	209.887	100,0	9.466	100,0

Fonte: Andifes (2019), elaboração própria.

Nesses termos, pode ser constatado que a UFFS obteve uma evolução constante dos recursos do Pnaes, trajetória interrompida no ano de 2016, e que vem beneficiando um volume significativo de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estritamente neste quesito, alcance do público-alvo, a UFFS pode ser considerada eficaz em sua operacionalização do Pnaes. Por outro lado, é bem possível que o valor recebido de auxílio por aluno pode estar longe da sua real necessidade, o que sustenta as respostas dadas na Tabela 10. Cabe, portanto, uma avaliação mais específica sobre a efetividade das ações da UFFS, em termos de desempenho acadêmico, que se entende refletir em menor volume de retenção e evasão. Essa análise é feita na próxima seção.

### A relação entre Pnaes e êxito acadêmico

Esta seção tem o objetivo de apresentar algumas evidências sobre a importância do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes vulneráveis socioeconomicamente, a partir da análise de três indicadores de desempenho acadêmico: evasão de curso, número de estudantes formados/diplomados e taxa de sucesso acadêmico, conforme apresentados na seção “Metodologia”.

O primeiro indicador analisado refere-se à taxa de evasão do curso, definida como a desistência e/ou ao cancelamento da matrícula para o ciclo acadêmico de 2013 a 2017. A Tabela 12 expõe que dos 3.334 estudantes que evadiram no período, apenas 20,6% referiam-se a estudantes beneficiados pelo Pnaes. Considera-se que esse indicador seja um bom indicativo da importância do Pnaes para a permanência na universidade, pois reflete exatamente o objetivo do decreto de criação do Programa, que é a permanência do estudante, superando as dificuldades relacionadas às desigualdades sociais.

Tabela 12 – Número de estudantes evadidos no ciclo acadêmico de 2013-2017, por campus e perfil de benefício do Pnaes

Campus	Beneficiário de auxílios PNAES				Total evadidos	Total ingressos
	Sim		Não			
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	Qtde
Chapecó	211	15,1	1.187	84,9	1.398	3.347
Laranjeiras do Sul	162	33,5	321	66,5	483	969
Realeza	58	16,8	288	83,2	346	1.059
Cerro Largo	119	27,0	322	73,0	441	1.359
Erechim	130	20,3	510	79,	640	1.601
Passo Fundo	7	26,	19	73,1%	26	244
Total	687	20,6	2.647	79,4	3.334	8.579

Fonte: Sistema de informações acadêmicas e de assistência estudantil da UFFS (2019) e Inep (2019).

Não obstante isso, o fato de o indicador de evasão da UFFS (38,9%) e, especificamente para estudantes beneficiados (8%), situar-se abaixo dos índices de evasão das Ifes brasileiras, que chegam a uma média de 40%, de acordo com Menezes Filho (2018), poder-se-ia aventar que esse indicador ainda está elevado. Ao considerar, no entanto, que a evasão é um fenômeno multifatorial, compreende-se que há outros fatores implicando nessa desistência do curso, como o simples fato de procurar outro curso na própria instituição, que é um percurso natural dentro do Ensino Superior e considerado salutar segundo alguns estudiosos, como Ristoff (2016).

Uma condição que pode estar interferindo na magnitude do indicador de evasão é que o Pnaes pode estar sendo insuficiente para alguns estudantes de mais baixa renda. Neste caso, em virtude de o orçamento ser limitado, não consegue atender a todas as necessidades de todos os estudantes vulneráveis. Esse pode ser o caso de Laranjeiras do Sul, *campus* que tem o maior quantitativo de estudantes de baixa renda e que, conforme a Tabela 12, possui o maior percentual de estudantes beneficiários que evadiram, superando a média dos demais *campi*.

Compreende-se que esta situação pode ser contornada em primeiro lugar a partir de um maior orçamento do Pnaes para a instituição. Outras ações referem-se ao aprimoramento dos instrumentos de assistência estudantil, já existentes na universidade, como o desenho de auxílios mais específicos para o público em questão.

Um elemento presente na revisão teórica diz respeito às ações complementares que podem tornar o efeito do Pnaes mais robusto, como são os casos das ações de acompanhamento psicopedagógico, como monitorias, aulas de reforço e grupos focais (THAYER, 2000; YORKE; THOMAS, 2003; SOUZA, 2016). Nesta linha, uma conclusão a que se pode chegar é: o Pnaes contribui para a permanência do estudante vulnerável, mas pode ser ainda insuficiente e, necessariamente, deve ser complementado com outras ações.

Ao analisar o número de estudantes graduados na instituição, conforme Tabela 13, verifica-se que dos 3.580 estudantes que colaram grau, 59% foram beneficiários de auxílios do Pnaes, com o tempo médio de integralização do curso sendo de 10,6 semestres letivos, levemente inferior ao dos estudantes não beneficiários, que foi de 10,8 semestres.

Tabela 13 – Número de graduados beneficiários e não beneficiários de auxílios Pnaes e tempo semestral médio de conclusão do curso, por *campus* da UFFS – 2010 a 2018

<b>Campus</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Tempo médio integralização</b>	<b>Não beneficiários</b>	<b>Tempo médio integralização</b>	<b>Total</b>
Chapecó	618	10,2	607	10,5	1.225
Laranjeiras do Sul	281	11,0	73	11,3	354
Realeza	310	11,1	204	11,6	514
Cerro Largo	448	10,5	208	10,5	656
Erechim	439	10,5	364	10,7	803
Passo Fundo	12	11,8	16	11,4	28
<b>UFFS</b>	<b>2.108</b>	<b>10,6</b>	<b>1.472</b>	<b>10,8</b>	<b>3.580</b>

Fonte: Sistema de informações acadêmicas e de assistência estudantil da UFFS (2019) e Inep (2019).  
Elaborada pelo autor.

Esse indicador, portanto, corrobora as afirmações realizadas anteriormente sobre a importância do Pnaes e mostra a efetividade do Programa em termos do seu objetivo específico de garantir o êxito acadêmico e na sua contribuição para a inclusão social pela educação.

Os resultados de evasão e de conclusão entre beneficiários e não beneficiários de auxílios do Pnaes da UFFS corroboram os encontrados por Mendes Junior (2014), que verificou que alunos cotistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro possuem menores taxas de evasão nos três primeiros semestres de ingresso, quando comparadas aos não cotistas. Esses achados levaram o pesquisador a concluir que os acadêmicos cotistas tendem a atribuir um alto valor ao curso no qual ingressam e, por isso, persistem em uma maior proporção em relação aos não cotistas.

Tabela 14 – Taxa semestral de sucesso acadêmico: média de créditos cursados, aprovados e média percentual de aprovação da UFFS, por campus – 2018-2019

Indicador Acadêmico	2018.01	2018.02	2019.01	2019.02
<b>Média de créditos cursados</b>				
Todos estudantes	21,6	22,2	21,7	21,1
Estudantes beneficiários Pnaes	23,5	24,1	23,4	21,8
Estudantes NÃO beneficiados	20,4	21,2	20,8	20,7
<b>Média de créditos aprovados</b>				
Todos estudantes	17,3	17,8	17,1	17,0
Estudantes beneficiários Pnaes	20,0	20,8	19,9	18,0
Estudantes NÃO beneficiados	15,6	16,2	15,8	16,2
<b>Média do percentual de aprovação</b>				
Todos estudantes	73%	76%	79%	81%
Estudantes beneficiários Pnaes	82%	85%	85%	83%
Estudantes NÃO beneficiados	68%	71%	76%	78%

Fonte: Sistema de informações acadêmicas e de assistência estudantil da UFFS (2019).  
Elaborada pelo autor.

Por fim, e complementar aos dois indicadores apresentados anteriormente, analisa-se a taxa de sucesso acadêmico para os semestres dos anos de 2018 e 2019. A Tabela 14 revela que para todos os semestres letivos, a média de créditos matriculados pelos estudantes beneficiários foi maior que a dos demais alunos, superando na média em 2,9 créditos a cada semestre. Esse dado é importante para demonstrar que os estudantes beneficiados visam a sua progressão no curso e almejam sua diplomação.

Na mesma direção, os estudantes beneficiários também aprovaram em um número maior de créditos, média de 20,2 créditos semestrais matriculados, contra 15,9 créditos aprovados pelos não beneficiários. Dessa forma, a divisão entre os dois indicadores revela que os estudantes beneficiários possuíram neste período uma taxa de sucesso acadêmico superior aos demais, ou seja, na média dos semestres os beneficiários obtiveram aprovação em 84% dos créditos curriculares matriculados, contra 72% dos não beneficiários.

Deve-se destacar que o resultado dos estudantes beneficiários pode estar sendo influenciado pelos requisitos do edital de auxílios socioeconômicos da instituição, que contempla a obrigatoriedade de se matricular no mínimo em 12 ou 16 créditos, dependendo do curso, e a

aprovação em no mínimo 50% desses créditos. Embora admita-se essa possibilidade, verifica-se pela Tabela 14 que os estudantes beneficiários estão bem acima destes percentuais mínimos exigidos. Deve-se enfatizar ainda que a exigibilidade de critérios nos editais segue os requisitos legais do Decreto n. 7.234/2010 e acaba sendo um dos condicionantes/incentivos existentes na política.

A taxa de sucesso acadêmico fortalece a compreensão de que o Pnaes importa para os estudantes da UFFS, não somente para sua permanência, mas também para o êxito acadêmico, na medida em que cria condições econômicas e psicológicas para sua manutenção e progressão na universidade. Do ponto de vista estritamente econômico, o Pnaes vem mostrando ser efetivo e eficaz na UFFS, na medida em que vem atingindo o público-alvo proposto, que é de criar condições de permanência para o novo perfil de estudantes da universidade brasileira e alcança sua meta de conclusão dos cursos, alinhando-se às conclusões de Saccaro, França e Jacinto (2016). Logo, os dados trazem fortes elementos para comprovar a relevância do Pnaes em universidades com o perfil da UFFS e, portanto, ele deve ser fortalecido e ampliado.

A análise dos dados acadêmicos da UFFS confirmou o modelo teórico de permanência universitária desenvolvido anteriormente. Ficou demonstrado que os programas de suporte financeiro, além dos contribuírem para atenuar os aspectos negativos relacionados aos fatores *background* familiar-escolar, individual, situacional e institucional, podem estar estimulando também um comportamento de maior engajamento por parte do estudante (persistência), reforçando os benefícios gerados pela ajuda financeira. Dessa forma, pode-se considerar que os auxílios financeiros constituem-se em uma condição necessária para a permanência de estudantes socioeconomicamente vulneráveis, no entanto não são suficientes, mostrando-se relevante a adoção de estratégias complementares relacionados ao acompanhamento pedagógico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a importância dos auxílios financeiros do Pnaes para a permanência e êxito dos estudantes de Graduação de uma universidade federal jovem e localizada no interior do país, fruto do processo de expansão do Ensino Superior brasileiro, impulsionada pelo Reuni, a partir de 2007.

O trabalho enfatizou o papel dos auxílios financeiros para a permanência no Ensino Superior de estudantes de baixa renda. Para tanto, apresentou um modelo teórico dos fatores determinantes da permanência, em que os auxílios financeiros contribuem positivamente para amenizar problemas relacionados aos fatores que determinam a evasão, como: *background* familiar, individual, situacional e institucional. À luz do modelo pode-se perceber que o suporte financeiro é uma condição necessária, mas não suficiente, para garantir a permanência deste público.

O estudo da importância do Pnaes foi realizado mediante a análise de dados de três conjuntos de informações. O primeiro conjunto avaliou o perfil do estudante que ingressa na universidade, tendo como resultado que o estudante da UFFS é predominantemente branco, frequentou os três anos de Ensino Médio em escola pública, trabalhador, com vulnerabilidade socioeconômica, com baixo *background* familiar e de primeira geração da família a frequentar o Ensino Superior.

O segundo conjunto de dados procurou descrever a evolução dos recursos e do volume de beneficiários do Pnaes. Constatou-se que os recursos foram crescentes, porém insuficientes, uma vez que a universidade aporta recursos adicionais para atender à demanda de assistência estudantil. O número de estudantes beneficiários também foi crescente ao longo dos anos, e atinge uma média de 37% dos alunos matriculados (média superior às demais Ifes brasileiras), o que evidencia a efetividade do modelo de concessão de benefícios, que visa a atender todo o aluno que é considerado vulnerável, atende aos critérios dos editais e demanda o auxílio.

O terceiro exercício lançou mão de dados sobre a evasão e desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários, comparando-os com estudantes não beneficiários. Com relação à evasão, foi calculada a taxa para o ciclo acadêmico de 2013-2017. Nesse período houve o ingresso de 8.579 estudantes e destes, 3.334 evadiram (38,9%). Dos estudantes que evadiram, apenas 20,6% referem-se a estudantes beneficiários, lançando evidências de que o auxílio financeiro vem contribuindo com seu objetivo de manter o estudante de baixa renda na universidade. Em termos de desempenho, verificou-se que dos 3.580 estudantes que se graduaram no período de 2010 a 2018, 58,9% são estudantes beneficiários do Pnaes, apresentando uma média de 10,6 semestres para conclusão contra 10,8 semestres dos não beneficiários. Por fim, constatou-se que os estudantes beneficiários apresentaram uma maior taxa de sucesso acadêmico, obtendo uma média de 84% contra 71,7% dos não beneficiários.

Os resultados sugerem que os auxílios financeiros para uma universidade com esse perfil de estudantes configuram-se como fundamentais para sua permanência e êxito. Pode-se afirmar ainda que a universidade vem atingindo a efetividade e a eficácia de suas ações de assistência estudantil, no sentido de que o público-alvo do programa vem sendo atendido, e que esses acadêmicos vêm obtendo desempenho satisfatório, resultando no alcance dos objetivos do Pnaes, que são garantir a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade e contribuir para a inclusão social pela educação.

Evidentemente que esses resultados podem ser melhorados, e assume-se, conforme demonstrado pela revisão de literatura, que ações complementares de suporte pedagógico e acadêmico ampliariam os efeitos do Pnaes. Nesta linha, uma conclusão a que se pode chegar é: o Pnaes contribui para a permanência do estudante vulnerável (condição necessária), mas não é suficiente, sendo fundamental ser complementado com outras ações. A partir dessa avaliação é de se recomendar o fortalecimento dessa política pública, tanto em termos de ampliação de recursos financeiros (seja de custeio, seja de capital), como de recursos humanos (profissionais que lidam diretamente com os estudantes).

Deve-se enfatizar que o fortalecimento e a expansão do Pnaes vão ao encontro da literatura de desenvolvimento socioeconômico, que indica que a educação deve ser alvo de investimentos estratégicos, tendo em vista os ampliados efeitos positivos que gera sobre a sociedade. Ademais, considerando a meta 12 do Plano Nacional da Educação 2014-2024 (BRASIL, 2015), que se refere à ampliação da taxa bruta de matrícula na educação superior, é mister se debruçar sobre a estratégia 5 dessa meta (estratégia 12.5), que versa sobre a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil. Para a consecução dessa estratégia o Pnaes tem-se revelado um instrumento efetivo e eficaz, conforme revelam os resultados deste trabalho.

Por fim, ao considerar a natureza deste trabalho, ainda que não se possa atestar que os auxílios financeiros foram responsáveis diretamente pela permanência e êxito dos estudantes

beneficiários, e que não possam ser extrapolados para outras Ifes e/ou para o sistema de Ensino Superior em geral, a análise dos dados revelou evidências da importância do Pnaes para esse público de estudantes neste tipo/perfil de universidade. É de se esperar que demais estudos, principalmente quantitativos, mereçam ser realizados para reforçar as conclusões aqui realizadas, agregando substancialmente demais Ifes com esse perfil. Para tanto, a existência de bases de dados longitudinais e, principalmente, estudantes universitários envolvidos em pesquisa com fomento específico, é um imperativo.

## REFERÊNCIAS

- ADACHI, A. A. C. T. Evasão e evadidos nos cursos de Graduação da UFMG. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2019.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace). PESQUISA NACIONAL DO PERFIL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – UM MAPEAMENTO DE CAPACIDADES E INSTRUMENTOS, 2., 2018. São Carlos. *Resultados coleta 2016*. São Carlos, SP, 2018.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. PESQUISA NACIONAL DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS(AS) GRADUANDOS(AS) DAS IFES, 5., 2018. Uberlândia, MG, Brasil, 2019.
- BACK, L. B. *Política de assistência estudantil: interfaces com o reconhecimento das diferenças e a promoção de equidade*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2017.
- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. Educação e desenvolvimento no Brasil. In: VELOSO, F. et al. (org.). *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- BOWLES, T. V.; BRINDLE, K. A. Identifying facilitating factors and barriers to improving student retention rates in tertiary teaching courses: a systematic review. *Higher Education Research & Development*, n. 36, v. 5, p. 903-919, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (Andifes/Abreuem/Sesu/MEC). *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de Ensino Superior públicas*. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. *Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação (PNE) 2014- 2024*. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2GtSglo>.
- BRASIL. Controladoria Geral da União. *Relatório de consolidação dos resultados das gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil*. 2017. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/auditoria.cgu.gov.br>
- BRASIL. Ministério da Economia (ME). *Orçamento e finanças*. Brasília, DF, 2019.
- BREIER, M. From “financial considerations” to “poverty”: towards a reconceptualisation of the role of finances in higher education student drop out. *High Educ.*, n. 60, p. 657-670, 2010.
- CHEN, R.; DESJARDINS, S. L. Exploring the effects of financial aid on the gap in student dropout risks by income level. *Res High Educ*, n. 49, p. 1-18, 2008.
- COMIN, A. A.; BARBOSA, R. J. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos*, v. 91, p. 75-95, nov. 2011.
- HANUSHEK, E.; WOESSMANN, L. Education and growth. In: PETERSON, P.; TIERNEY, R.; MCGAW, B. (ed.). *International encyclopedia of education*. 3th ed. Amsterdam: Elsevier, 2010.
- HOSSLER, D.; ZISKIN, M.; GROSS, J. P. K.; KIM, S.; CEKIC, O. Student aid and its role in encouraging persistence. In: SMART, J. C. (ed.). *Higher education: handbook of theory and research*. Berlim: Springer Science + Business Media, 2009. p. 389-425.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. *Agência IBGE Notícias, São Paulo, Brasil*, 2019.

- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. Microdados. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. 2019.
- JACKSON, C. K.; JOHNSON, R. C.; PERSICO, C. The effects of school spending on educational and economic outcomes: evidence from school finance reforms, *The Quarterly Journal of Economics*, v. 131, p. 157-218, Feb. 2016.
- MARQUES, F. T. A volta aos estudos dos alunos evadidos do Ensino Superior brasileiro. *Cad. Pesqui.*, v. 50, n. 178, p. 1.061-1.077, out./dez. 2020.
- MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, n. 42, p. 161-192, 2012.
- MENDES JUNIOR, A. A. F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no Ensino Superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, n. 22, v. 82, p. 31-56, 2014.
- MENEZES FILHO, N. *Evasão escolar no ensino superior*. Valor. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/evasao-escolar-no-ensino-superior.ghtml>
- OECD. Organisation for Economic Co-Operation and Development. Education at a glance. *OECD Indicators*. Paris, France, 2019.
- RISTOFF, D. I. Democratização do *campus*: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da Graduação. *Cadernos do GEA*, n. 9, p. 9-62, 2016.
- ROMÃO, J. E.; LOSS, A. S. A universidade popular no Brasil. *Foro de Educación*, n. 12, v. 16, p. 141-168, 2014.
- SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. de A. Retenção e evasão no Ensino Superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 44., 2016. Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu, PR, dez. 2016.
- SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. de A. Fatores associados à evasão no Ensino Superior brasileiro: um estudo de análise de sobrevivência para os cursos das áreas de ciência, matemática e computação e de engenharia, produção e construção em instituições públicas e privadas. *Estud. Econ.*, n. 49, v. 2, p. 337-373, 2019.
- SCHER, A. L. *Acesso e permanência estudantil na UFFS – Campus Realeza: uma equação possível?* 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2017.
- SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SOUZA, D. G. *Acesso e permanência na UFPR: uma análise da política de assistência estudantil (2010-2014)*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.
- THAYER, P. B. Retention of students from first generation and low income backgrounds. *Journal of the Council for Opportunity in Education*, ed. 446.633, pg. 1-9, 2000.
- TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M. H.; HASS, M. (ed.). *Construindo agendas e definindo rumos*. CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFFS, 1., 2011. Chapecó, SC: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2011.
- VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando? *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 908-937, set./dez. 2016.
- WEISS, F.; ROKS, J. New dimensions of educational inequality: changing patterns of combining school and work in the U.S. over time. *Research in Social Stratification and Mobility*, 44, p. 44-45, 2016.
- YIN, R. K. *Case study research: design and method*. Third Edition. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002. (Applied Social Research Methods Series, v. 5).
- YORKE, M.; THOMAS, L. Improving the retention of students from lower socio-economic groups. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 25 (1), p. 63-74, 2003.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está  
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0